

EDITORIAL

[...] Qualquer dia a gente se vê
Sei que nada será como antes, amanhã
Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Amanhã ou depois de amanhã!
(Milton Nascimento)

Escrever este editorial em pleno período de isolamento social da COVID-19 nos remete a reflexões sobre o quanto somos frágeis frente ao momento que estamos vivendo, mas ao mesmo tempo fortes, na perspectiva do fortalecimento e da construção de espaços de resiliência e de resistência profissional e pessoal para enfrentar a realidade que se desenha.

São novos tempos que se aproximam e novas perspectivas que se colocam, porém, para que o novo nasça precisamos dar lugar e deixar o velho seguir seu caminho!! Como já cantava Milton Nascimento “Sei que nada será como antes, amanhã...” Por isso, escrever as poucas linhas deste texto, é um momento que me reporta à produção intelectual de pessoas, pesquisadores, profissionais da área de serviço social ou áreas afins que, no decorrer do seu processo reflexivo, apontam caminhos “do” e “para o” fazer profissional, nos mais diversos espaços de atuação do assistente social, os quais tem muito a dizer e a contribuir com a formação e com a intervenção profissional!

Isto posto, reafirmamos que os dez trabalhos apresentados nesta edição retratam temas emergentes para o serviço social, como a questão da precariedade do sistema prisional brasileiro, tema recorrente no debate da política de segurança pública e que também evidencia a crise do Estado, que negligencia a reabilitação dos infratores, ou seja, o sistema demonstra incapacidade de promover a reinserção social dos apenados. A reflexão a respeito dos imigrantes e refugiados no Estado do Paraná, também nos remete à relação com as políticas públicas e o processo interventivo do assistente social nesse campo. O que nos leva a refletir sobre como estas pessoas têm acesso à oferta de empregos, à educação, à saúde e habitação, sem perder de vista o trabalho do/da profissional de Serviço Social.

O tema da “mulher em situação de violência” tem estado presente nas nossas pesquisas e publicações pois, apesar da existência de uma lei que nos protege, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, por si só não nos garante poder vivermos isentos de ataques e formas de violência, seja ela sexual, física, psicológica, patrimonial, institucional, ou econômica e financeira. Além disso, ao mesmo tempo que estas mulheres são vítimas, também são culpabilizadas por quem as violentou. Entre os fatores que podem explicar esse fenômeno se encontra a persistência de uma cultura machista, dentro e fora dos Caderno Humanidades em Perspectivas | v. 4, n. 8 - 2020

espaços que deveriam ser de atendimento e proteção às mulheres, o que se demonstra claramente na fragilidade das políticas e dos equipamentos disponíveis na rede de atendimento a estas vítimas.

A discussão do Programa Bolsa Família como possibilidade de equidade e emancipação social, busca elucidar como o Estado, sendo uma instituição interventora e protetora, pode contribuir de forma positiva no tecido social, para diminuir a desigualdade social causada por uma sociedade capitalista, cada vez mais competitiva, individualista e excludente. Esta provocação se apresenta sob a ótica dos Direitos Humanos, que contribuíram e vêm contribuindo para uma melhora nas condições de vida dos sujeitos sociais, especialmente das mulheres, que saem a conquistar objetivos antes inconcebíveis.

Tratarmos a temática do conservadorismo em tempos de pandemia e de retrocessos nas políticas sociais, não poderia ficar de fora desta publicação; em particular o que condiz com “as expressões do conservadorismo no Serviço Social” e como esse conservadorismo vem influenciando a prática profissional. No que concerne ao processo de adoção e família substituta, se evidencia a presença marcante do conservadorismo na atuação do serviço social no Conselho Tutelar.

Refletir e problematizar sobre o conservadorismo no processo interventivo do serviço social é também ficarmos atentos aos trabalhos inscritos para a intervenção do Serviço Social nas políticas sociais e, em especial, um recorte para o trabalho no âmbito do CRAS/PAIF.

Portanto, na construção deste texto, abordar a situação da população em situação de rua, nos traz evidências da realidade da vida e a realidade vivida pelas pessoas que, em tempos de isolamento social, de ficarmos em casa, se perguntam “em qual casa?”. Isso nos remete a dialogar com as mais diversas facetas da sociedade e do Estado em relação ao descaso e o não reconhecimento destas pessoas como sujeitos de direito na sociedade, que os exclui e os coloca na invisibilidade, porém visíveis!

E por fim, e não menos importante, a reflexão acerca da língua brasileira como materialidade da cultura, na construção da identidade e da diversidade cultural do país.

Nossa gratidão a todas e todos que se debruçaram em tecer suas produções e reflexões para mais esta edição do Caderno Humanidades em Perspectiva!

Nosso convite à leitura neste momento de pandemia!

Equipe Editorial!

Mai de 2020! Em pleno Isolamento Social.